

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO CAIPIRA PAULISTA EM CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO: O CASO DA BANHA¹

Nichole Ramos da Silva (UERJ / Brasil)

Fabiana Bom Kraemer (UERJ / Brasil)

Palavras-chave: práticas alimentares; urbanização; Antonio Candido.

INTRODUÇÃO

Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, obra escrita por Antonio Candido, entre 1948 e 1954 e publicada em 1964, trata-se de um estudo sobre os meios de vida e subsistência do caipira paulista diante do fenômeno da urbanização (CANDIDO, 2017).

O autor fundamenta-se nas bases teóricas da antropologia e da sociologia que investigam, em especial, *povos primitivos*, ou seja, pequenos grupos relativamente homogêneos ligados a territórios vastos e grande população, recorrendo à descrição desses sujeitos a fim de integrá-los numa visão passível de compreender os aspectos da cultura. Assim, a partir da investigação de dados históricos das condições da vida caipira tradicional e da análise de um agrupamento rural de parceiros situado em Bofete, interior de São Paulo, nos anos de 1948 e 1954, localiza um aspecto da vida social (a obtenção dos meios de vida), considerando-o como problema social.

Nessas linhas introdutórias, cabe esclarecer mesmo de forma simplificadora, que Candido utiliza o termo *caipira* para designar os aspectos culturais, um modo de ser, que caracterizam a vida rural de São Paulo. Assim como, considera *os meios de vida*, matéria central do livro, o modo como um grupo social obtém “um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico” (CANDIDO, 2017, p. 28) recusando-se a aceitar a dicotomia homem-natureza, assim a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa e relativa ao equipamento técnico e a operação para satisfazê-la não pode ser considerada apenas do ângulo natural, da satisfação do organismo,

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

mas também como forma organizada de atividade, logo sob o aspecto social. A alimentação assim é definida por ele como eixo-chave para compreensão dos meios de subsistência, por se tratar de recurso vital e ser parte do conjunto de reações culturais influenciadas pelo estímulo das necessidades básicas.

A leitura que nos propomos fazer nesse ensaio tem como ponto de partida as dimensões da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) analisadas por Candido embora tais dimensões tenham sido cunhadas há mais de 40 anos após a publicação de *Os Parceiros do Rio Bonito*. Apesar das contribuições da obra para a interpretação das raízes agrárias da formação da sociedade brasileira, sendo considerado um clássico da formação social do Brasil (JACKSON, 2002; LOHN, 2007; GIMENES, 2018; PASSIANI, 2002).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), cunhado em 2006, através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (BRASIL, 2006) engloba, de modo geral, o direito de todos a uma alimentação acessível, permanente, de qualidade, em quantidade adequada e que respeite as dimensões econômicas, culturais e ambientais. A soberania somada à SAN possui como eixo chave “o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos”. Assim, compreendemos que Candido, abordou as dimensões e eixos que envolvem a SSAN do caipira, o que nos permite analisar como a urbanização e a falta de posse de terras afetou o modo de vida dessa população e identificar elementos que nos ajude a compreender o cenário atual.

Tomamos para análise o caso da banha – alimento fundamental nas práticas alimentares do caipira e a análise das mudanças.

A URBANIZAÇÃO E A INTERRELAÇÃO COM A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Nas sociedades industrializadas, com o sentimento generalizado de afluência alimentar, a alimentação deixou de ser um objetivo principal da organização social e converteu-se num direito reconhecido internacionalmente legitimado, em 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos ao instituir a alimentação como um direito de todos (GRACIA-ARNAIZ, 2005). No Brasil, desde 2010, a alimentação passou a figurar entre os direitos sociais da Constituição Federal

(BRASIL, 2010). No entanto, passados quatro anos da saída do Brasil do Mapa da Fome, os dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de 2018 demonstram que o país retorna ao mapa mundial (BRASIL, 2020).

Nesse cenário, observamos uma simultaneidade e interrelação de um processo de produção de riqueza material e insegurança alimentar. Ao mesmo tempo que o Brasil, em 2019, produziu 240 mi/t de cereais, leguminosas e oleaginosas (BELIK, 2020), suficientes para alimentar sua população, o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2020) registra insegurança alimentar grave principalmente em áreas rurais (40,1%). Esse processo pode ser interpretado por um lado pela dificuldade de acesso aos alimentos e, por outro, a partir da análise das relações sociais capitalistas com a existência de classes sociais antagônicas e um processo de exploração e expropriação que caracterizam a relação entre elas. Dessa maneira, a compreensão dessa crise alimentar avança da compreensão da produção de alimentos como mercadorias (RIBEIRO JÚNIO, 2015). A crise alimentar nesse sentido envolve uma complexidade relacionada não só à produção e distribuição dos alimentos como ao processo de proletarianização e dominação e opressão das vidas.

No debate da insegurança alimentar cabe-nos também destacar que compreendemos a alimentação não só como uma necessidade básica, mas como um fenômeno em que “os alimentos assumem significados e dão sentido às nossas ações cotidianas” (CARVALHO et al., 2011, p. 161). Essa ressalva é importante para não reduzirmos a compreensão da segurança alimentar às necessidades de sobrevivência dos seres humanos e entendê-la também como uma satisfação social das necessidades, podendo dessa forma, usufruí-la de forma humana e total, ou seja, não apenas como alimento em si, mas com a forma em que são produzidos, adquiridos, preparados e consumidos (RIBEIRO JÚNIO, 2015).

Em vista do exposto, interpretaremos a soberania e segurança alimentar e nutricional do caipira paulista a partir do conjunto de práticas relacionadas à produção, aquisição e consumo de alimentos, ou seja, as práticas alimentares, tomando como referência a *banha*, em sua relação ao processo de urbanização.

Urbanização e industrialização constituem processos interligados cujas origens, no Brasil, se situam no auge do ciclo agroexportador cafeeiro das décadas iniciais do século XX. O Brasil, durante muito tempo, baseou sua economia na produção agrícola voltada para exportação. Em 1930, com a revolução que culminou no fim da chamada república velha, houve uma reorientação

da economia – do modelo agroexportador para um de cunho nacionalista, focado na diversificação da economia e redução da dependência em relação ao exterior, ou seja, direcionando-se para a indústria nacional (MIELITZ NETTO, 2011).

A partir de então,

a industrialização processou-se impondo novos padrões de urbanização mediante integração econômica, levando, por intercâmbio regional, à formação do mercado nacional. Para articular e unificar este mercado, criaram-se e ampliaram-se vias de transporte; expandiu-se e consolidou-se uma rede urbana em todo território do País (BÓGUS; VERAS, 2000, p 82).

Como resultado, entre 1940 a 1980 houve uma significativa redistribuição da população, de fluxo rural/urbano, em direção às grandes cidades. Esse processo juntamente com uma urbanização crescente fazia com que uma reestruturação do campo fosse tarefa secundária. Antonio Candido (2007), em *Os Parceiros* observa essa questão quando diz que a crescente urbanização se deu pela falta de estrutura no campo que preservasse os direitos dos pequenos proprietários e analisa a industrialização e urbanização como detonadores do processo de aniquilamento do homem do campo, resultando em uma maior deterioração da situação alimentar e nutricional. As pessoas, que antes moravam no campo e tinham acesso à terra (seja por posse ou parceria), deixaram de tê-la e passaram a depender unicamente da compra de alimentos para alimentação de suas famílias.

Percebemos já em *Os Parceiros* os desafios que se colocam para a garantia do direito humano a alimentação adequada em um processo de urbanização com mudanças significativas nas práticas alimentares. Nesse texto, essas são tomadas a partir de Contreras e Gracia (2011

não são apenas ‘hábitos’, no sentido de repetição mecânica de atos, iluminadas por um positivismo ingênuo segundo o qual conhecimento e verdade seriam a mesma coisa. Consequentemente, as práticas alimentares não podem ser interpretadas, como frequentemente aconteceu, como hábitos relativamente inadequados, mas devem, sim, ser consideradas como consequências, também, de ‘razões culturais’ (CONTRERAS; GRACIA, 2011, p. 22).

Sendo assim, as práticas alimentares, enquanto parte integrante das práticas sociais, envolvem uma gama de atividades relacionadas à alimentação – “o que se planta, como se compra, o que se come, como se come, onde se come, com quem se come, em que frequência, em que horário, em que combinação” (ROTENBERG; DE VARGAS, 2004).

MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E HÁBITOS ALIMENTARES DO CAIPIRA PAULISTA

A atual discussão que se faz sobre a relação entre forma de ocupar a terra e de produzir e comercializar alimentos e a segurança alimentar e nutricional já pode ser vista nas análises de Candido sobre o estudo da ‘parceria’ entre latifúndio e pequena propriedade como ‘solução’ transitória de sobrevivência para ambos em situação de crise. A posse da terra é tida como estabilizadora da vida caipira, “de cuja cultura e sociabilidade representa, as condições normais” (CANDIDO, 2017, p.248). A necessidade de busca de novas terras, frente a urbanização, “seja mudando de lugar nas mesma área, seja buscando zonas pioneiras, seja rompendo com o passado e migrando para a cidade” (CANDIDO, 2017, p. 254-255), para substituir aquelas que se tornaram inóspitas ou que foram expulsos é considerada pelo autor como uma forma de regressão adaptativa e, que sob nossa perspectiva, agravaram a insegurança alimentar e ocasionaram mudanças nas práticas alimentares.

Segundo Gimenes (2018, p.422) “o autor encontrou mudanças na vida caipira no sentido do desequilíbrio, com enfraquecimento da cooperação vicinal característica da sociabilidade dos bairros e perdas sem compensação adequada na dieta, tornada menos variada. Para não falar da “fome psíquica”, desejo recalcado de carne, por exemplo, que irromperia em turbulências e embriaguez.”

Analisamos esse fenômeno pela mudança sofrida no consumo da banha, partindo de uma concepção de cultura material na qual os objetos e sujeitos estão indissolivelmente ligados, uma vez que os objetos não são inertes, pelo contrário, possuem um papel nas sociedades humanas e estão inseridos nas relações sociais, interagindo com elas.

Antonio Candido afirma que o caipira se alimentava no plano da subsistência, realizando, em média, quatro refeições por dia: café da manhã, almoço, merenda e jantar. Tomando o almoço como referência, evidencia-se um cardápio composto por excelência de arroz (predominando em proporção), feijão e farinha. Os demais alimentos, a chamada mistura, como carne de porco, ovo, galinha, carne de caça, carne de vaca, pão de trigo, alface, batata, poucas vezes se faziam presente. A banha, a depender do parceiro, produzida ou comprada na vila, era usada na conservação da carne e no preparo dos alimentos.

Inicialmente, quando o caipira vivia e um sistema de economia fechada, em que o consumo de alimentos provinha do que se produzia no trabalho agrícola, a banha era obtida pela criação de

porcos. Com a parceria, parte da colheita se destinava à sociedade formada com o proprietário da terra e o restante para consumo doméstico, as sementes e venda. Esse cenário somado a variáveis climáticas que poderiam acontecer não permitia, na maioria das vezes, o pequeno agricultor prover totalmente suas necessidades alimentares. Com a transição de uma agricultura de subsistência para uma orientada para o comércio, não sobrava excedente da produção de milho para alimentar os porcos, o que resultou no declínio da produção banha e necessidade de aquisição desta pelo comércio. Segundo o autor “Trata-se, pois, de um acentuado incremento de dependência que destrói autonomia do grupo de vizinhança, incorporando-o ao sistema comercial das cidades. E, ao mesmo tempo, uma perda ou transferência de elementos culturais que antes caracterizavam a sociedade caipira na sua adaptação ao meio” (p. 162).

A banha, nesse sentido, também se insere num sistema de solidariedade entre as famílias que também permitia a regularização do abastecimento de carnes. Cada um matava um porco de tempos em tempos, que frito e conservado em banha durava em torno de 30 dias, e que era oferecida aos vizinhos no intervalo entre um abate da criação ou da carne proveniente da caça. Diante dos impactos da mudança causada pela urbanização, nos casos limites de oferta sem possibilidade de retribuição, os menos conservadores passam a selecionar os beneficiários da oferta, ajustando velhas práticas cooperativas à situação presente.

Mudanças também foram observadas no modo de preparo dos alimentos, que em virtude do menor acesso a banha, essa passou a ser utilizada em menor quantidade para cozinhar, uma estratégia de economia das mulheres para lidar com as novas despesas da família com produtos que antes não figuravam no plano das necessidades básicas, como os objetos de uso pessoal.

Essas alterações nas práticas e hábitos alimentares do caipira com o processo de urbanização são profícuas para pensar a forma que os agricultores se relacionam com a terra e a soberania e segurança alimentar e nutricional. A modificação do sistema agrícola, já nesse período, contribuiu para a insegurança alimentar desse grupo. Nos dias atuais, a manutenção do latifúndio e o avanço para áreas de povos e comunidades tradicionais, por exemplo, agravam esse cenário, trazendo malefícios não só para a mesa dos cidadãos como para a soberania do país, na medida que cada vez mais se usam sementes na agricultura geneticamente modificadas e produzidas por empresas multinacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o acesso, a qualidade, a quantidade, a cultura e o modo de produzir foram afetados pelo movimento de urbanização que pairava sobre o estado de São Paulo, na época do estudo, se configurando como uma ameaça a SSAN dos caipiras paulistas. Por fim, os desajustes foram resolvidos, em parte, com o abandono das atividades agrícolas e migração urbana, atualmente apontados como um dos elementos contribuintes da insegurança alimentar, justificando a importância do incentivo de políticas públicas voltadas à agricultura local.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter. (org). *Estudos sobre a cadeia de alimentos*. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora. Disponível em https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/EstudoCadeiaAlimentos_%C6%92_13.10.2020.pdf Acesso: 20 out 2020.

BRASIL. *Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set.

BRASIL. *Emenda Constitucional no 64, de 4 de fevereiro de 2010*. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União 2010; 4 fev.

BRASIL. *Pesquisa de orçamentos familiares 2002-03, 2008-09, 2017-18*. Disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9050-pesquisa-deorcamentos-familiares.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 out. 2020.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017, 334 p.

GIMENES, Max Luiz. Entre parceiros e companheiros: por uma releitura política de Os parceiros do Rio Bonito, de Antonio Candido. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 418-425, abr. 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n69/2316-901X-rieb-69-00418.pdf> > . Acesso em: 18 mar. 2020.

CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares; LUZ, Madel Therezinha; PRADO, Shirley Donizete. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 155-163, Jan. 2011.

CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85- 7541-055-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 324 p.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Antônio Cândido e os parceiros: para além do dualismo. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 13, n. 15, p. 25-44. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/233>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PASSIANI, Enio. Como nascem os clássicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 174-176, out. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000300014>. Acesso em: 18 mar. 2020.

RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*.